

CONVENÇÃO COLETIVA DE TRABALHO que entre si celebram, com base no disposto no artigo 611 e seguintes da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), por seus respectivos representantes legais, devidamente autorizados pelas respectivas assembleias gerais extraordinárias, de um lado **FEDERAÇÃO NACIONAL DO COMÉRCIO DE COMBUSTÍVEIS E DE LUBRIFICANTES**, escrito no C.N.P.J.: 33.954.256/0001-97, com sede a Avenida Rio Branco, 103, 13º Andar, Centro, Rio de Janeiro, R.J., CEP: 20.040-004, representando as empresas revendedoras de gás do alto Paranaíba, Norte e Nordeste, e do outro lado o **SINDICATO DOS TRABALHADORES NO COMÉRCIO DE MINÉRIOS E DERIVADOS DE PETRÓLEO NO ESTADO DE MINAS GERAIS** – a seguir denominado **SITRAMICO**, inscrito no CNPJ/MF nº 17.430.851/0001-77, entidade sindical, com sede e foro jurídico em Belo Horizonte (MG), mediante as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA – VIGÊNCIA E DATA BASE

As partes fixam a vigência da presente Convenção Coletiva de Trabalho no período de 1º de outubro de 2023 a 30 de setembro de 2024 e a data base para 1º de outubro.

CLÁUSULA SEGUNDA - ABRANGÊNCIA

A presente Convenção Coletiva de Trabalho abrangerá a(s) categoria(s) Profissional dos Trabalhadores no Comércio de Minérios e Derivados de Petróleo (inclusive pesquisas de Minérios) com abrangência territorial em:

Arapuá, Araxá, Brasilândia de Minas, Bonfinópolis de Minas, Buritizeiro, Campos Altos, Carmo do Paranaíba, Clarendon dos Poções, Coração de Jesus, Coromandel, Dom Bosco, Estrela do Sul, Guarda-Mor, Guimarânia, Ibiá, Ibiaí, Indianópolis, Iraí de Minas, Jequitáí, João Pinheiro, Lagoa dos Patos, Lagamar, Lagoa Formosa, Lagoa Grande, Matutina, Monte Carmelo, Montes Claros, Nova Ponte, Paracatu, Patos de Minas, Patrocínio, Perdizes, Pirapora, Ponto Chique, Presidente Olegário, Rio Paranaíba, Romaria, Sacramento, Santa Fé de Minas, Santa Juliana, Santa Rosa da Serra, São Gonçalo do Abaeté, São Gotardo, São João da Lagoa, Serra do Salitre, Tiro, Unaí, Varjão de Minas e Vazante.

REAJUSTES, PISOS SALARIAIS, FUNÇÕES E PAGAMENTOS

REAJUSTE SALARIAL

CLÁUSULA TERCEIRA – REAJUSTE SALARIAL

A partir de 01/10/2023, os salários serão corrigidos em 4,50% (quatro vírgula cinquenta por cento) aplicados sobre os salários vigentes em 30/09/2023.

As diferenças salariais dos meses de outubro e novembro de 2023 serão pagas na folha de pagamento do mês de dezembro de 2023.

PISOS SALARIAIS

CLÁUSULA QUARTA - PISOS SALARIAIS

Os pisos salariais abrangidos por esta CCT a partir 01/10/2023, são:

Ajudante interno R\$ 1.433,80 (mil quatrocentos e trinta e três reais e oitenta centavos);

Ajudante externo R\$ 1.516,30 (mil quinhentos e dezesseis reais e trinta centavos);

Auxiliar Administrativo e Atendente R\$ 1.433,80 (mil quatrocentos e trinta e três reais e oitenta centavos);

Entregador de Gás R\$ 1.516,30 (mil quinhentos e dezesseis reais e trinta centavos);

Entregador de Gás em triciclo R\$ 1.516,30 (mil quinhentos e dezesseis reais e trinta centavos);

Panfletador R\$ 1.433,80 (mil quatrocentos e trinta e três reais e oitenta centavos);

Para as demais atividades não estipuladas no caput, conexas e/ou afins, será observado o piso de R\$ 1.433,80 (mil quatrocentos e trinta e três reais e oitenta centavos);

Os pisos salariais acima serão acrescidos do adicional de periculosidade de 30% (trinta por cento).

A presente Convenção Coletiva de classe não se aplica aos motofretistas que possuem sindicatos específicos, salvo casos dos motofretistas nos municípios onde não haja representação sindical dos mesmos, para os quais prevalecerá essa Convenção nos termos da ata de reunião de mediação na Superintendência do Trabalho e Emprego – SRTE-MG, processo nº 46211.001293/2017 de 07/04/2017.

Ficam garantidas eventuais vantagens salariais conferidas aos trabalhadores e não previstas nesta Convenção Coletiva, não podendo ser suprimidas, sob a pena de ofensa ao princípio da irredutibilidade salarial.

FUNÇÕES E PAGAMENTO

CLÁUSULA QUINTA - PROMOÇÃO E AUMENTO DE SALÁRIO

Toda mudança de cargo ou função, definida como promoção, será acompanhada de efetivo aumento salarial, devido a partir do mês em que se efetivar a mudança, e com a imediata anotação na CTPS.

CLÁUSULA SEXTA - PAGAMENTO SALARIAL

As empresas se comprometem a efetuar adiantamento quinzenal de 40% (quarenta por cento) do salário base mensal, acrescido do adicional de periculosidade, que será efetuado até o dia 20 (vinte) de cada mês.

2

GRATIFICAÇÕES, ADICIONAIS, AUXÍLIOS E OUTROS

CLÁUSULA SÉTIMA - REMUNERAÇÃO DO 13º SALÁRIO

No exercício de 2024, não havendo manifestação em contrário do empregado, expressa por escrito, a Empresa pagará até o 5º (quinto dia útil) de outubro e novembro, como adiantamento do décimo terceiro salário. O empregado poderá optar também, por receber esse adiantamento por ocasião do gozo de férias se ocorrer em mês diferente de julho.

CLÁUSULA OITAVA - REMUNERAÇÃO DE HORAS EXTRAORDINÁRIAS

As empresas remunerarão o trabalho extraordinário realizado de segunda a sábado com adicional de 60% (sessenta por cento), calculado sobre o salário básico do empregado, acrescido dos adicionais, quando devidos.

As empresas remunerarão o trabalho extraordinário realizado aos domingos e feriados com adicional de 100% (cem por cento), aplicados sobre a hora do salário normal, acrescido do adicional de periculosidade, quando devido.

§ 1º Para o trabalhador que labora em escala de trabalho, o Domingo é considerado como dia normal.

§ 2º Para o trabalho realizado no domingo que coincide com dia folga, as horas extras trabalhadas serão acrescidas do adicional de 100% (cem por cento), aplicados sobre a hora do salário normal, acrescido do adicional de periculosidade, quando devido.

CLÁUSULA NONA - COMPENSAÇÃO DE HORAS

Compensação de horas - Fica convencionado conforme redação do §2º do artigo 59 da CLT, que o excesso de horas de um dia poderá ser compensado pela diminuição em outro dia, desde que a compensação seja feita no prazo máximo de 60 (sessenta) dias a contar da data de efetiva realização de cada hora extra.

As horas laboradas aos domingos e feriados não serão objeto de compensação de horas, devendo ser pagas com o acréscimo de 100% (cento por cento) sobre o valor da hora normal.

CLÁUSULA DÉCIMA - ADICIONAL DE PERICULOSIDADE

As Empresas pagarão o adicional de periculosidade a todos os empregados que venham a trabalhar diretamente com inflamáveis, bem como os de escritório lotados no quadro de pessoal de terminal e de depósito em que haja estocagem e engarrafamento de inflamáveis, de forma permanente e habitual, sendo considerada como área de risco toda a área do depósito.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - BÔNUS DE RESULTADOS

Nos termos da Lei nº 10.101 de 19 de dezembro de 2000, as empresas da categoria econômica pagarão a todos os trabalhadores, com vínculo empregatício entre 01/01/2023 a 31/12/2023, um **BÔNUS DE RESULTADO** no valor de R\$651,10 (seiscentsos e cinquenta e um real e dez centavos), respeitada a proporcionalidade dentro do período aquisitivo supracitado, em duas parcelas iguais de R\$325,55 (trezentos e vinte e cinco reais e cinquenta e cinco centavos) cada, sendo a primeira paga até o 5º dia útil de abril/2024, e a segunda até o 5º dia útil de julho/2024. Esta verba não tem caráter salarial.

§1º - Os empregados desligados da empresa no período estabelecido também fazem jus ao

abono proporcionalmente aos meses trabalhados.

§2º - Não farão jus ao bônus de resultados os entregadores de GLP, que comprovadamente e devidamente apurado, agirem com dolo em acidentes de trânsitos.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - QUINQUÊNIO

As empresas pagarão quinquênio, mensalmente, aos empregados com 5 (cinco) ou mais anos de "tempo de casa" conforme disposto a seguir:

Empregados com 5 (cinco) anos de serviço	1%
Empregados com 6 (seis) anos de serviço	1,5%
Empregados com 7 (sete) anos de serviço	2%
Empregados com 8 (oito) anos de serviço	2,5%
Empregados com mais de 09 (nove) anos de serviço.....	3%

Este evento é calculado somente sobre o salário base mais adicional de periculosidade e não incide sobre as demais parcelas, tais como: 13º salário, comissões, prêmios, ajuda de custo, férias, salário família, etc.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - VALE-REFEIÇÃO

Ressalvadas as condições mais favoráveis já praticadas, as partes convenientes ajustam que as empresas ficam obrigadas a conceder vale refeição, no valor facial unitário de R\$ 20,00 (vinte reais), por dia efetivamente trabalhado, aos seus empregados, inclusive aos empregados afastados por acidente de trabalho, com emissão da CAT pela empresa, e empregadas no gozo de Auxílio Maternidade. Esta verba não tem caráter salarial.

As Empresas optantes pela concessão do vale-refeição concederão mensalmente a seus Empregados que trabalham em jornada especial de 12/36 horas a quantidade mínima de 15 vales-refeições com valor facial unitário de R\$ 20,00 (vinte reais).

As empresas poderão conceder o vale-refeição em cartão eletrônico.

As diferenças de outubro e novembro de 2023 decorrente do reajuste no valor do vale-refeição será pagas na folha de dezembro de 2023.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - CESTA BÁSICA (VALE-ALIMENTAÇÃO)

As empresas concederão aos seus empregados uma Cesta básica mensal no valor de R\$ 326,10 (trezentos e vinte e seis reais e dez centavo), nos moldes abaixo:

As empresas poderão optar pela concessão aos seus empregados, inclusive aos empregados afastados por acidente de trabalho, com emissão da CAT pela empresa, e às empregadas no gozo de Auxílio Maternidade, de uma cesta básica no valor de R\$ 326,10 (trezentos e vinte e seis reais e dez centavos), em substituição ao vale-refeição, fornecida ao empregado até o 5º dia útil do mês correspondente.

A opção das empresas pela substituição do vale-refeição pela cesta básica não implica em duplicidade do benefício, sendo devido um ou outro.

4

A Cesta básica (Vale-alimentação) mensal será fornecida em cartão eletrônico e/ou em produtos in natura, neste caso não podendo, em hipótese nenhuma, os produtos serem inferiores ao valor de R\$ 326,10 (trezentos e vinte e seis reais e dez centavos).

A participação dos empregados no custo do vale-refeição e/ou cesta básica (vale-alimentação) será de R\$ 1,00 (um real).

Esta verba não tem caráter salarial.

As diferenças de outubro e novembro de 2023 decorrente do reajuste no valor da cesta básica (vale alimentação) serão pagas na folha de dezembro de 2023.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - VALE-GÁS

As Empresas fornecerão a todos os seus empregados que não tiverem faltas injustificadas, inclusive aos empregados afastados por acidente de trabalho, com emissão da CAT pela empresa, empregadas no gozo de Auxílio Maternidade e que não residem em área abastecida por gás canalizado, uma carga de gás em botijão de 13 (treze) Quilos (P-13) da própria marca do representante. O valor referente ao produto concedido não integrará a remuneração para efeito de incidência de encargos sociais e reflexos nas demais verbas e direitos trabalhistas.

O Empregado que fizer jus a este benefício poderá retirar sua carga de gás, tão somente, no decorrer do mês autorizado, em um dos estabelecimentos operacionais da sua empregadora, sendo vedado acumular nos meses subsequentes às cargas não retiradas nos meses anteriores.

O benefício concedido é de exclusividade do empregado, não sendo permitida quaisquer tipos de negociação do benefício com terceiros. Caso ocorra a comprovação da negociação com terceiros, o benefício será excluído, após devida apuração fundamentada.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – AUXÍLIO TRANSPORTE

Ficam as empresas obrigadas a fornecerem Vales-Transportes aos seus empregados em quantidade suficiente para o deslocamento residência/trabalho/residência em transporte coletivo público, benefício este sem natureza salarial, não se incorporando à remuneração do empregado para quaisquer efeitos, assim não constitui base para incidência de contribuição previdenciária ou do FGTS, nos termos da Lei 7.418/85, com alteração da Lei 7.619/87, regulamentada pelo Decreto 95.247/87).

Parágrafo Primeiro - O Vale-Transporte deverá ser ofertado ao empregado, independentemente da distância em que morar, não existindo, portanto, limite mínimo ou máximo dos valores das passagens, devendo ser por meio de transporte coletivo público urbano, intermunicipal ou interestadual.

Parágrafo Segundo - A critério da Empresa, o benefício poderá ser concedido em espécie, e neste caso, deverá ser lançado no contracheque do empregado de forma antecipada o valor previsto para as despesas com o deslocamento em transporte coletivo público.

Parágrafo Terceiro - A critério da empresa, o benefício poderá ser concedido na forma de Vale-Combustível, e caso o empregado opte por esta forma de benefício, deverá assinar a declaração de dispensa do Vale-Transporte, e o valor a ser concedido fica limitado ao correspondente aos vales necessários com o transporte público coletivo.

Parágrafo Quarto - Qualquer que seja a forma do fornecimento do benefício, a empresa fica autorizada a descontar 6% (seis por cento) do salário base do empregado, limitado ao valor do Vale-Transporte fornecido, nos termos da lei vigente.

✓ 5

Parágrafo Quinto - Em períodos de férias, licenças ou dias de repouso, o benefício de Auxílio Transporte não será concedido, uma vez que não houve o deslocamento residência/trabalho/residência, ainda que por motivo justificado.

Parágrafo sexto - O uso do benefício deve ser de forma consciente, podendo a Empresa controlar o saldo do cartão e fazer a antecipação dos créditos necessários, ou seja, somente fazer a complementação, inclusive sobre as formas em espécie ou Vale-Combustível se tiver alguma forma de controle do seu uso pelo empregado.

CONTRATO DE TRABALHO – ADMISSÃO, DEMISSÃO E MODALIDADES

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - HOMOLOGAÇÃO DE RESCISÃO CONTRATUAL

As rescisões contratuais dos empregados que contarem tempo de serviço igual ou superior a 1 (um) ano, deverão ser homologadas perante o Sindicato da categoria profissional, desde que na localidade exista sede, sub-sede ou delegacia do órgão de classe. Nas localidades que o sindicato profissional não tiver sede, sub-sede ou delegacia as homologações serão realizadas virtualmente mediante o envio de toda a documentação por correio eletrônico.

Na hipótese do não comparecimento do Empregado, se devidamente notificado do dia e hora da homologação, a Entidade Sindical se compromete a registrar essa circunstância por escrito, de forma a não penalizar as Empresas com as multas previstas na legislação.

No ato de homologação das rescisões dos contratos de trabalho as empresas deverão, obrigatoriamente, apresentar as guias quitadas das contribuições sindicais (Sindical e Negocial) da categoria profissional e econômica (Patronal) dos últimos 5 (cinco) anos, conforme previsão estabelecida pelo artigo 579 da Consolidação das Leis do Trabalho, Decreto-Lei nº 5.452/1943.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – APOSENTADORIA

Os empregados que contarem, com pelo menos 05 (cinco) anos de serviço na mesma Empresa, terão assegurada a garantia no emprego durante o período de 12 (doze) meses que antecedem a data ao direito à concessão pelo INSS, transmitida pela Previdência Social de sua aposentadoria por tempo de contribuição ou Especial, ressalvada a ocorrência de justa causa.

CLÁUSULA DÉCIMA NOVA - CARTA DE REFERÊNCIA

As Empresas fornecerão Carta de Referência aos empregados desligados, quando solicitado.

CLÁUSULA VIGÉSIMA - MULTA DO FGTS

A multa de 40% (quarenta por cento) na rescisão contratual incidirá sobre todos os depósitos efetuados do FGTS, inclusive sobre os valores movimentados, atualizados monetariamente e acrescidos dos respectivos juros.

RELAÇÕES DE TRABALHO – CONDIÇÕES DE TRABALHO, NORMAS DE PESSOAL E ESTABILIDADES

CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA - EMPREGADO ACIDENTADO

O empregado que sofreu acidente do trabalho tem garantida, pelo prazo mínimo de doze meses, a manutenção do seu contrato de trabalho na empresa, após a cessação do auxílio-doença acidentário, independentemente de percepção de auxílio-acidente, de conformidade com o artigo 118 da Lei nº 8.213, de 24/07/91.

✓ 6

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA - UNIFORMES

As Empresas fornecerão, gratuitamente e semestralmente, 2 (dois) jogos de uniformes e 2 (dois) pares de botinas aos empregados que tenham de trabalhar uniformizados, sendo que as equipes de entrega externa receberão, também, uma vez por ano, 1 (uma) capa de chuva para cada um de seus integrantes.

Parágrafo único: A empresa deverá fornecer crachá de identificação a seus funcionários, contendo no mínimo as seguintes informações:

- a) Nome completo
- b) Função
- c) Número da CTPS
- d) Razão Social da Revenda
- e) Telefone de contato da Revenda

A utilização pelo funcionário é obrigatória durante horário trabalho.

JORNADA DE TRABALHO – DURAÇÃO, DISTRIBUIÇÃO, CONTROLE, FALTAS

CLÁUSULA VIGÉSIMA TERCEIRA - JORNADA DE TRABALHO

A jornada de trabalho será de 44 (quarenta e quatro) horas semanais.

É facultado e permitido ao empregador estabelecer jornada de 12 (doze) horas trabalhadas por dia por 36 (trinta e seis) horas de descanso para os empregados.

Essa jornada compreende 6 (seis) horas de trabalho no primeiro expediente, intervalo de 1 (uma) hora para refeição/descanso e mais 5 (cinco) horas no segundo expediente, totalizando 12 (doze) horas.

O trabalho no feriado exigido nesta jornada especial é remunerado em dobro, nos termos da Súmula 444 do TST.

O repouso semanal remunerado deverá coincidir, pelo menos uma vez no período máximo de três semanas, com o domingo para o trabalhador.

No caso específico da mulher, existe previsão no sentido de que a folga semanal deve coincidir com o domingo ao menos uma vez a cada quinzena, conforme o art. 386 da CLT.

CLÁUSULA VIGÉSIMA QUARTA - ABONO DE FALTAS – ESTUDANTE

Mediante prévia comunicação de 48 (quarenta e oito) horas, o empregado matriculado em curso de nível médio/técnico ou superior, poderá, mediante comprovação, em dias de provas, antecipar sua saída em 2 horas antes do término da jornada normal de trabalho e sem prejuízo da remuneração, devendo compensar as horas em outra oportunidade.

CLÁUSULA VIGÉSIMA QUINTA - REPOUSO SEMANAL REMUNERADO

O repouso semanal remunerado será concedido preferencialmente aos domingos, de forma alternada, nos termos da Lei 10.101/2000 respeitando a OJ-SDI/TST número 410.

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEXTA - TRABALHO EM FERIADOS

É autorizado o trabalho em feriados, sendo que o trabalho exigido nesses dias será pago em dobro, salvo folga compensatória, a ser concedida na semana subsequente, nos termos da Súmula 146 do TST.

FÉRIAS E LICENÇAS

CLÁUSULA VIGÉSIMA SÉTIMA- FÉRIAS

Para os empregados que recebem o adicional de periculosidade, e/ou outros habitualmente percebidos, o pagamento do número de dias de efetivo gozo de férias será calculado tomando-se por base o salário contratual do empregado, já acrescido dos mencionados adicionais.

Para os cálculos de pagamento de férias, as Empresas incluirão a média das comissões de vendas, a média das horas extraordinárias e a média de outras verbas habitualmente recebidas.

O gozo das férias somente poderá ter início nos dias úteis, desde que não antecedam sábados e domingos ou feriados.

Nas rescisões de contrato de trabalho, em que seja devido o pagamento de férias integrais ou proporcionais, serão observados os critérios estabelecidos nos subitens anteriores.

Fica assegurada ao empregado, no retorno de suas férias, a garantia no emprego pelo prazo de 30 (trinta) dias.

CLÁUSULA VIGÉSIMA OITAVA- ADICIONAL DE FÉRIAS

As empresas concederão, de acordo com as condições adiante especificadas, sem prejuízo do acréscimo de 1/3 (um terço) previsto no artigo 7º, inciso XVII, da Constituição Federal, um Adicional de Férias relacionado ao tempo de serviço, a ser pago anualmente, por ocasião das férias regulamentares dos empregados, na seguinte proporção:

Empregados com 3 (três) anos completos até 3 (três) anos e 11 (onze) meses de serviço na Empresa 1%

Empregado com 4 (quatro) anos completos até 4 (quatro) anos e 11 (onze) meses de serviço na Empresa 1,5%

Empregados com 5 (cinco) anos completos até 9 (nove) anos e 11 (onze) meses de serviço na Empresa 2%

Empregados com mais de 10 (dez) anos de serviço na Empresa 3%

O tempo de serviço do empregado será computado após o período de um ano de serviço prestado na Empresa.

O benefício previsto neste item deverá ser calculado tomando-se por base o salário nominal do empregado, acrescido de adicionais de periculosidade e noturno, quando devidos. Desta forma, o adicional de férias por tempo de serviço não integrará a remuneração do empregado para reflexos em verbas e demais direitos trabalhistas.

Na hipótese de dispensa do empregado sem justa causa, por iniciativa da Empresa, o adicional de

8

férias será pago proporcionalmente ao período aquisitivo de férias incompleto, em tantos avos quantos forem os meses decorridos a que o empregado faça jus.

SAÚDE E SEGURANÇA DO TRABALHADOR

CLÁUSULA VIGÉSIMA NONA - SEGURO DE VIDA

Todas as empresas ficam obrigadas a manter seguro de vida, com prêmio de no mínimo 10 (dez) salários mínimos, destinado à cobertura de morte natural, morte por acidente, invalidez total ou parcial decorrente de acidente, traslado e auxílio para funeral de no mínimo R\$ 4.020,00 (Quatro mil e vinte reais), bem como custear a apólice em 60% (sessenta por cento), cabendo ao trabalhador custear os outros 40% (quarenta por cento), não podendo a parte do trabalhador ser superior a R\$ 10,04 (dez reais e quatro centavos).

Parágrafo Único: Quando solicitado pelo empregado ou pelo SITRAMICO/MG, as empresas fornecerão cópia da apólice do seguro de vida em grupo para o devido conhecimento e análise.

CLÁUSULA TRIGÉSIMA - ASSISTÊNCIA MÉDICA

As empresas concederão assistência médica aos seus empregados, conforme a legislação vigente, com a participação dos empregados nos custos das mensalidades limitado em até 30% (trinta por cento), mantidas as condições vigentes mais favoráveis.

Parágrafo Primeiro: Caberá ao empregador o repasse à operadora do plano de assistência médica da taxa de coparticipação, corresponde ao valor dos procedimentos utilizados pelo empregado descontado na folha de pagamento.

Parágrafo Segundo: Quando ocorrer mudança ou alteração no plano de assistência médica, as Empresas deverão comunicar a cada empregado participante e ao Sindicato.

RELAÇÕES SINDICAIS

CLÁUSULA TRIGÉSIMA PRIMEIRA-SINDICALIZAÇÃO

No processo de admissão as Empresas apresentarão formulários fornecidos pelas entidades sindicais para a proposta de associação ao Sindicato profissional.

CLÁUSULA TRIGÉSIMA SEGUNDA - DESCONTO MENSALIDADE SOCIAL

As Empresas efetuarão mensalmente o desconto em folha de pagamento, de cada empregado sindicalizado, do valor atribuído pelo sindicato da categoria profissional, repassando os valores descontados até o 10º (décimo) dia do mês subsequente ao do desconto.

CLÁUSULA TRIGÉSIMA TERCEIRA - REPRESENTAÇÃO SINDICAL

Esta Convenção Coletiva de Trabalho é assinada em representação sindical dos trabalhadores no Comércio Varejista e Revendedor de Gás Liquefeito de Petróleo na base territorial dos signatários da presente convenção coletiva de trabalho.

CLÁUSULA TRIGÉSIMA QUARTA – CONTRIBUIÇÃO SINDICAL

A Contribuição Sindical da Categoria Profissional correspondente à remuneração de um dia de

 7/04/2020  9

trabalho no mês de março de 2024, recolhida no mês de Abril de 2024 em favor do Sindicato dos Trabalhadores no Comércio de Minérios e Derivados de Petróleo no Estado de Minas Gerais – SITRAMICO/MG, Código Sindical 005.017.07237-0, será processada observando a legislação vigente, **ressalvada a oposição individual do empregado**. As Guias de Recolhimento da Contribuição Sindical Urbana (GRCSU) poderá ser obtiva no site da Caixa Econômica Federal ou no site da categoria profissional www.sitramicomg.org.br.

Foi decidido, ainda, que o poder de controle do empregador sobre o desconto da contribuição sindical é incompatível com o caput do art. 8º da constituição federal e com o art. 1º da convenção 98 da OIT, por violar os princípios da liberdade e da autonomia sindical e da coibição aos atos antissindicais.

CLÁUSULA TRIGÉSIMA QUINTA - CONTRIBUIÇÃO NEGOCIAL

A Contribuição Negocial será de 3% (três por cento) do salário base mensal, acrescido do adicional de periculosidade, limitado ao desconto máximo de R\$ 88,00 (oitenta e oito reais) por trabalhador, descontado na folha de pagamento do mês de dezembro/2023 e será repassada até o dia 10 de janeiro/2024 ao SITRAMICO-MG, estabelecido à Rua Célio de Castro, 780 – Floresta - Belo Horizonte.

Fica assegurado o direito individual de oposição à Contribuição Negocial aqui estabelecida, obedecido as condições debatidas e deliberadas na Assembleia Geral.

CLÁUSULA TRIGÉSIMA SEXTA - CONTRIBUIÇÃO ASSISTENCIAL MENSAL

Conforme consta da data da A.G.E realizada em 17/10/2023, foi aprovado o desconto aos empregados da Contribuição Assistencial Mensal, na proporção de 1% (um por cento) do salário base mensal, acrescido do adicional de periculosidade, a ser recolhido até o dia 10 (dez) de cada mês, subsequente ao vencido, ressalvada a oposição individual do empregado que não concordar com o desconto.

Excepcionalmente no mês que forem descontadas a Contribuição Sindical e Negocial, não será descontada a Contribuição Assistencial Mensal dos empregados.

OUTRAS DISPOSIÇÕES SOBRE RELAÇÃO ENTRE SINDICATO E EMPRESA

CLÁUSULA TRIGÉSIMA SÉTIMA - ENCONTROS SEMESTRAIS

Será realizado durante a vigência desta CCT 1 (um) encontro semestral no mês de abril, com o SIRTIGÁS, para serem discutidas as questões relativas às relações coletivas de trabalho e a efetiva aplicação desta convenção, assim como analisar as condições salariais da categoria profissional.

DISPOSIÇÕES GERAIS

CLÁUSULA TRIGÉSIMA OITAVA - AÇÃO DE CUMPRIMENTO

As empresas reconhecem a legitimidade para os Sindicatos ajuizarem ação de cumprimento (parágrafo único do art. 872, da CLT), com vistas exclusivamente, ao cumprimento das vantagens constantes desta Convenção Coletiva de Trabalho, independentemente de outorga de procuração dos empregados, bem como de juntada de relação dos mesmos.

10

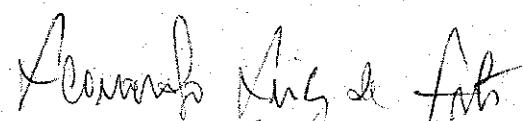
CLÁUSULA TRIGÉSIMA NONA- MULTA

O não cumprimento de quaisquer das cláusulas desta CCT, pelas empresas, implicará a estas na multa de R\$ 181,40 (cento e oitenta e um real e quarenta centavos), por empregado e por infração, sendo a mesma revertida em favor do Sindicato profissional.

Belo Horizonte 23 de Janeiro de 2024.



**FEDERAÇÃO NACIONAL DO COMÉRCIO DE COMBUSTÍVEIS E DE LUBRIFICANTES-
FECOMBUSTÍVES**
JAMES THORP NETO – PRESIDENTE - CPF 939.097.214-00



**SINDICATO DOS TRABALHADORES NO COMÉRCIO DE MÍNEROS E DERIVADOS DE
PETRÓLEO NO ESTADO DE MINAS GERAIS - SITRAMICO/MG**
LEONARDO LUIZ DE FREITAS – PRESIDENTE - CPF 402.710.806-04

CCT 23-24 FECOMBUSTIVEIS - REVENDA DE GL P.pdf

Documento número f003f1a2-e9ef-429c-adcb-f375a8541ad2



Assinaturas



JAMES THORP NETO
Assinou

Pontos de autenticação:

Assinatura na tela

IP: 177.206.220.93 / Geolocalização: -9.663632, -35.698936

Dispositivo: Mozilla/5.0 (iPhone; CPU iPhone OS 17_2_1 like Mac OS X) AppleWebKit/605.1.15 (KHTML, like Gecko)

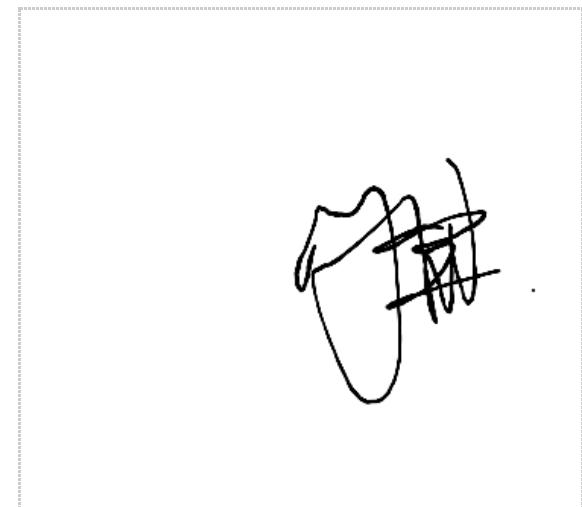
Version/17.2 Mobile/15E148 Safari/604.1

Data e hora: Fevereiro 23, 2024, 14:13:00

E-mail: klastonadv@uol.com.br

Telefone: + 5582999813234

ZapSign Token: 78dfe1b3-****-****-****-db711d1a4ff7



Assinatura de JAMES THORP NETO



Hash do documento original (SHA256):
c8b669c2c4db295c6d3016cdda50c5e2b7535fd68f5736c0ab8ab0a98ada3272

Verificador de Autenticidade:

<https://app.zapsign.com.br/verificar/autenticidade?doc=f003f1a2-e9ef-429c-adcb-f375a8541ad2>

Integridade do documento certificada digitalmente pela ZapSign (ICP-Brasil):
<https://zapsign.com.br/validacao-documento/>



Este Log é exclusivo e parte integrante do documento de identificação f003f1a2-e9ef-429c-adcb-f375a8541ad2, conforme os Termos de Uso da ZapSign em zapsign.com.br